
ÍNDICE SISTEMÁTICO

Obras do Autor XXV

Capítulo Primeiro

DAS OBRIGAÇÕES COMERCIAIS

I

Obrigações Comerciais

1. Noção	5
2. Conceito de obrigação.	5
3. As regras do Direito Civil e as obrigações empresariais.	7
4. O Código Comercial de 1850 e a unificação das obrigações civis e comerciais	8
5. Dispositivos do Código Comercial de 1850 relativos às obrigações	9
6. Obrigações civis e obrigações comerciais	10
7. Especialização da obrigação empresarial	10
8. Elementos das obrigações: sujeito e objeto	12
9. Características dos sujeitos da obrigação:	13
a) Posição dos sujeitos nos negócios jurídicos	13
b) Sujeitos determinados e indeterminados	14
c) Obrigações conjuntas ou conexas	14
10. Solidariedade entre os sujeitos das obrigações	15
11. A solidariedade nas obrigações empresariais	17
12. Objeto da obrigação	18

II

Efeitos e Extinção das Obrigações

13. Posição da lei brasileira	20
14. Efeitos das obrigações.	22
15. Extinção da obrigação.	23
16. Modos de extinção das obrigações	23
A) <i>Pagamento</i>	
17. Noções gerais	23

18. Espécies de pagamento	24
a) Pagamento real	24
b) Pagamento por consignação (Código Civil, arts. 334 a 345)	24
c) Pagamento com sub-rogação (Código Civil, arts. 346 a 351)	25
d) Pagamento por imputação (Código Civil, arts. 352 a 355)	25
e) Dação em pagamento (Código Civil, arts. 356 a 359)	26
19. A consignação, sub-rogação e imputação na legislação comercial anterior ao Código Civil de 2002	26
B) <i>Novação</i>	
20. Conceito	27
21. A novação no Código Comercial de 1850	29
C) <i>Compensação</i>	
22. Conceito	29
23. Espécies de compensação	29
24. Requisitos da compensação legal	30
25. A compensação na legislação comparada	30
26. Compensação convencional	31
27. A compensação no Código Comercial de 1850	31
D) <i>Confusão</i>	
28. Conceito	32
29. Diferença entre confusão e compensação	32
E) <i>Remissão</i>	
30. Noção	32
31. A manifestação do devedor na remissão	33
32. Modos de remissão	33
33. A remissão no Código Civil de 2002	33
34. A remissão em matéria cambial e falimentar	34
F) <i>Outras modalidades previstas pelo ordenamento jurídico para a extinção das obrigações</i>	
35. Transação e compromisso	34
36. Prescrição. Noção	35
37. Prescrição e decadência	37
38. Prazos de prescrição	38
39. Renúncia da prescrição e da decadência	45
40. Impedimentos da prescrição e da decadência	46
41. Suspensão da prescrição e da decadência	48
42. Ocorrências das causas do impedimento e suspensão da prescrição e da decadência	51
43. Interrupção da prescrição	51
44. A interrupção da prescrição	52
45. Quem pode promover a interrupção	52
46. Casos de decadência	53
46-A. Prazos decadenciais	53

Capítulo Segundo

DOS CONTRATOS COMO FONTES DAS OBRIGAÇÕES COMERCIAIS

III

Dos Contratos em Geral

47. O contrato como fonte de obrigações	59
---	----

48. Conceito de contrato	59
49. Algumas peculiaridades dos contratos celebrados no exercício da atividade empresarial	60
50. Prova dos contratos	60
51. Forma dos contratos empresariais	65
52. Interpretação dos contratos	66

IV

Da Formação dos Contratos

53. Elementos necessários à formação dos contratos	69
54. Contratos entre presentes e entre ausentes	70
55. A obrigatoriedade da proposta nos contratos entre presentes	70
56. A obrigatoriedade da proposta nos contratos entre ausentes	71
57. O momento da formação do contrato. Contratos por correspondência	72
58. O momento da conclusão do contrato por correspondência no direito brasileiro	74
59. Exceções ao sistema da expedição	74
60. Propostas a pessoas indeterminadas	76
61. Propostas para subscrições das ações ou debêntures	77
62. Contratos de adesão	79
63. Interferência do Estado nos contratos. Publicização do contrato	80
64. O lugar da conclusão dos contratos	81

V

Classificação dos Contratos

65. Interesse da classificação. Partes	82
66. Contratos consensuais e reais	83
67. Contratos unilaterais e bilaterais	84
68. Contratos gratuitos e onerosos	84
69. Contratos comutativos e aleatórios	85
70. Contratos solenes e não solenes	85
71. Contratos principais e acessórios	85
72. Contratos instantâneos e de execução continuada	85
73. Contratos “intuitu personae” ou pessoais, e contratos impessoais	86
74. Contratos típicos e atípicos	86

VI

Extinção dos Contratos

75. Noções gerais	87
76. Extinção pelo cumprimento da obrigação	87
77. Extinção do contrato pelo não cumprimento da obrigação. Resolução	87
78. Cláusula resolutiva expressa. Pacto comissório	88
79. Resolução do contrato por impossibilidade do cumprimento da Obrigação	88
80. Resolução por excesso de onerosidade	88
81. Extinção do contrato por rescisão	89
a) Rescisão bilateral. Distrato	90
b) Rescisão unilateral. Cláusula penal. Revogação. Renúncia	90
82. Rescisão e cessação do contrato	92

VII

Nulidades dos Contratos Comerciais

83. Nulidade e anulabilidade.	93
84. Nulidade no Código Comercial de 1850 e no Reg. nº 737, de 25.11.1850	93
85. A nulidade no Código Civil.	94
86. A nulidade dos contratos empresariais	96

VIII

Contratos no Código Comercial de 1850

87. Sistema do Código Comercial de 1850.	97
88. Método para o estudo dos contratos empresariais	97

Capítulo Terceiro

DA COMPRA E VENDA MERCANTIL

IX

Noções Gerais

89. Conceito	101
90. A compra e venda no Código Comercial	101
91. A compra e venda no Código Civil de 1916 e no Código Civil de 2002	103
92. Vendas com reserva de domínio	104
93. Características da compra e venda mercantil no Código Comercial de 1850.	106
94. Histórico das compras e vendas	108
95. Classificação do contrato de compra e venda na atividade empresarial	108
96. Forma e prova do contrato de compra e venda.	109

X

Elementos do Contrato de Compra e Venda

97. Elementos característicos da compra e venda.	110
<i>I – Consentimento</i>	
98. A capacidade como elemento indispensável para a validade do consentimento	110
99. Defeitos da manifestação da vontade	111
1) <i>Vícios do consentimento</i>	111
a) O erro e a ignorância	112
b) O dolo	113
c) Coação	114
2) <i>Vícios sociais</i>	114
a) Estado de perigo	114
b) Lesão	114
c) Fraude	115
d) Simulação	115
100. Compra e venda entre presentes e entre ausentes	116
101. A capacidade nos contratos de compra e venda mercantil	116

II – Coisa

102. Os elementos específicos do contrato	117
103. Coisa e objeto do contrato.	117
104. Coisas que não podem constituir elementos essenciais dos contratos de compra e venda mercantil	119
105. Características das coisas sob o prisma do Direito Comercial.	120

Espécies de coisas

106. Das várias espécies de coisas	120
a) Coisas próprias ou alheias	120
b) Coisas atuais ou futuras	121
c) Coisas corpóreas, incorpóreas e incorporadas	122
d) Coisas universais ou universalidades	122

III – Preço

107. Do preço como elemento do contrato de compra e venda	123
108. Requisitos do preço.	124
109. Fixação do preço.	125

XI

Modalidades da Compra e Venda Mercantil

110. Noções gerais	126
111. Modalidades da compra e venda.	127

I – Compra e venda pura e simples

112. Vendas sob amostras, protótipos ou modelos	127
---	-----

II – Compras e vendas condicionais

113. Espécies de condições.	129
113-A. Modalidades de compras e vendas condicionais	130

Vendas a contento

114. Noção e espécies	130
a) Vendas sob a condição de prova ou degustação	131
b) Vendas sob a condição de peso, medida e contagem.	131
c) Vendas sob a condição de experimentação ou ensaio	132
d) Vendas sob a condição de exame.	134

Outras espécies de vendas condicionais

115. Vendas de mercadorias em trânsito	134
116. Retrovenda e pacto comissório	134

III – Vendas a termo

117. Noção	135
118. Espécies de vendas a termo.	136
a) Vendas a termo de mercadorias	137
b) Vendas de títulos nas Bolsas	137
c) Reporte.	138

IV – Vendas complexas

119. Noção	139
120. Características das vendas complexas	139
121. Contrato de fornecimento	140
122. Contrato de assinatura.	141

V – Vendas públicas

123. Noção	141
------------------	-----

XII

Obrigações Decorrentes do Contrato de Compra e Venda Mercantil

124. Obrigações das partes contratantes como consequência do acordo de vontades	143
---	-----

I – Obrigações do vendedor

125. A entrega da coisa	143
-------------------------------	-----

a) Tradição

126. A tradição como meio de transferência do domínio	145
---	-----

127. Exceções à regra de que a tradição opera a transferência do domínio das coisas comerciais	146
--	-----

128. Formas de tradição	146
-------------------------------	-----

129. Despesas com tradição	147
----------------------------------	-----

130. Os riscos da coisa e a tradição	148
--	-----

131. Modo, lugar e tempo da tradição	150
--	-----

132. Cláusulas relativas ao transporte de mercadorias	152
---	-----

a) Cláusula cif	152
-----------------------	-----

b) Cláusula fob	153
-----------------------	-----

c) Outras cláusulas comuns referentes ao transporte de mercadorias	154
--	-----

b) Responsabilidade pelos vícios ocultos

133. Caracterização dos vícios ocultos	154
--	-----

c) Responder pela evicção

134. Garantia do vendedor pela evicção	157
--	-----

135. Denúnciação da lide	158
--------------------------------	-----

d) Outras obrigações do vendedor

136. Emissão da fatura e da duplicata	159
---	-----

II – Obrigações do comprador

137. Principais obrigações do comprador	160
---	-----

a) Obrigação de pagar o preço	160
-------------------------------------	-----

138. Razão da obrigação	160
-------------------------------	-----

139. A quem deve ser pago o preço	160
---	-----

140. Tempo do pagamento	160
-------------------------------	-----

141. Lugar do pagamento	160
-------------------------------	-----

142. Modo de pagamento	162
------------------------------	-----

143. Forma de pagamento	163
-------------------------------	-----

b) Obrigação do comprador de receber a coisa	163
--	-----

144. Tempo, lugar e modo do recebimento	163
---	-----

145. Despesas e riscos com o recebimento	164
--	-----

c) Outras obrigações a cargo do comprador	164
---	-----

146. Obrigação de devolver as duplicatas de fatura nas vendas a prazo	164
---	-----

XIII

Alienação Fiduciária em Garantia

147. A introdução da alienação fiduciária no Direito brasileiro	166
---	-----

148. O instrumento da alienação fiduciária. Requisitos	168
--	-----

149. Direitos do credor	168
-------------------------------	-----

150. Utilidade e aplicação do contrato	169
--	-----

XIV

Promessa de compra e venda

151. Noção	171
152. Orientação legislativa	171
153. Natureza jurídica	172
154. Responsabilidade das partes contratantes	174

Capítulo Quarto

TRANSPORTE DE COISAS E DE PESSOAS

XV

Princípios Gerais

155. Nota introdutória do atualizador	177
155-A. Noção	178
156. O transporte de mercadorias no Código Comercial de 1850	179
157. Legislação posterior ao Código Comercial de 1850. Estradas de ferro	181
158. Natureza jurídica	188
159. Classificação	189
160. Prova do contrato de transporte	190
161. A velha questão da comercialidade do contrato de transportes	191
162. Espécies de transportes	191

XVI

Transporte de Coisas

163. Noção	192
164. Pessoas que intervêm no contrato de transporte de coisas	192
165. Conhecimento de transporte	193
a) Histórico de conhecimento	193
b) Requisitos do conhecimento	196
c) Natureza jurídica do conhecimento	196
d) Circulação dos conhecimentos	198
166. Cláusulas modificativas do endosso	199
167. Endosso-mandato e endosso pignoratício	200
168. Responsabilidade dos endossantes	201
168-A. Conhecimento não à ordem	201

XVII

Direitos e Obrigações do Remetente, do Transportador
e do Consignatário no Transporte de Coisas

169. Obrigações dos contratantes	203
<i>1 – Obrigações do remetente</i>	
a) Entrega da coisa a ser transportada	204
b) Obrigação do remetente de pagar o frete	205
c) Obrigação do remetente de bem acondicionar a mercadoria entregue para o transporte	206
d) Obrigação de declarar a natureza e o valor das mercadorias entregues em invólucros fechados	207

II – Obrigações do transportador

a) Obrigação de receber, transportar e entregar as mercadorias, no tempo e lugar convencionados.	209
b) Obrigação de expedir o conhecimento do frete.	210
c) Obrigação de seguir o itinerário ajustado	210
d) Obrigação de aceitar a variação de consignação	211

*Responsabilidades do remetente e do transportador**I – Responsabilidade do remetente*

170. Vício próprio, caso fortuito e força maior.	212
171. Outras responsabilidades a cargo do remetente	213

II – Responsabilidades do transportador

172. Responsabilidades do transportador	214
a) Perdas, furtos ou avarias nas mercadorias transportadas.	214
b) Danos relativos à entrega da mercadoria fora do prazo ajustado	214
c) Responsabilidade pelo não cumprimento das formalidades fiscais.	216
173. Prazo da responsabilidade do transportador	216
174. Cláusula de não responsabilidade.	218
175. Valor da indenização.	218
176. Exoneração da responsabilidade do transportador	219

Direitos e obrigações do consignatário

177. Posição do consignatário no contrato de transporte de mercadorias	220
177-A. Direitos e obrigações do consignatário.	221
178. Transporte cumulativo	222
178-A. Transporte multimodal de cargas	223

XVIII

Transporte de Pessoas

179. Noção	229
180. O transporte de pessoas na legislação comercial anterior ao Código Civil de 2002.	229
181. Elementos do contrato de transporte de pessoas.	229
182. Capacidade das partes contratantes.	230
183. A bagagem do passageiro	231
184. Prova do contrato de transporte de pessoas	232
185. Nota de bagagem.	233
186. Obrigações e responsabilidades do transportador.	233
187. Obrigações e direitos do passageiro	235
188. Proibições aos passageiros	236
189. Excertos das normas do atual Regulamento dos Transportes Ferroviários, aprovado pelo Decreto nº 1.832, de 4 de março de 1996	237

Capítulo Quinto

MANDATO MERCANTIL, REPRESENTAÇÃO COMERCIAL,
GESTÃO DE NEGÓCIOS E COMISSÃO

XIX

Mandato Mercantil

190. Conceito	243
-------------------------	-----



191. Sistema legal anterior ao Código Civil de 2002	243
192. O mandato no Código Civil de 2002	244
193. Caracterização do mandato	244
194. Mandato e comissão	245
195. O mandato conferido a empresário, regra geral, é oneroso	245
196. Classificação do contrato	245
197. Pessoas que intervêm no contrato de mandato	246
198. Constituição do mandato.	247
199. Forma, prova e instrumento do mandato	247
200. Espécies de mandato	249
201. Poderes do mandato	249
202. Subestabelecimento do mandato.	251
203. Obrigações do mandatário	252
<i>a)</i> Executar o mandato	252
<i>b)</i> Pagar juros ao mandante	253
<i>c)</i> Guardar as coisas detidas em nome do mandante	253
<i>d)</i> Prestar contas.	253
204. Obrigações do mandante.	254
<i>a)</i> Responder pelos atos praticados, em seu nome, pelo mandatário.	254
<i>b)</i> Suprir os meios para a execução do mandato	254
<i>c)</i> Pagar a remuneração do mandatário	255
<i>d)</i> Pagar juros pelas importâncias adiantadas pelo mandatário	255
<i>e)</i> Ressarcir as perdas sofridas pelo mandatário com a execução do Mandato	255
205. Extinção do mandato.	256
<i>a)</i> A revogação dos poderes por parte do mandante	256
<i>b)</i> A renúncia do mandatário	257
<i>c)</i> A morte ou incapacidade do mandante ou do mandatário	258
<i>d)</i> A falência do mandatário	259
<i>e)</i> Mudança de estado do mandante ou do mandatário	259
<i>f)</i> Terminação do prazo ou conclusão do negócio	260

XX

Representação Comercial ou Agência

206. Conceito	262
207. Sistema legal anterior ao Código Civil de 2002	263
207-A. Alterações na Lei nº 4.886	264
208. Características do contrato de representação comercial	266
209. Representação, mandato e comissão.	267
210. Profissionalização de representante	267
211. Classificação do contrato	268
212. Forma e prova do contrato	268
213. Obrigações do agente ou representante.	269
214. Obrigações do representado	269
215. Extinção do contrato de representação	270
216. Controvérsias entre representantes e representados	270

XXI

Gestão de Negócios

217. Noção	271
----------------------	-----

218. Histórico	272
219. Características	272
220. Natureza jurídica	273
221. Obrigações do gestor	274
222. Responsabilidades do gestor	274
223. Obrigações do dono do negócio	275
224. Ratificação da gestão	275
225. Desaprovação da gestão	275

XXII

Comissão

226. A comissão na legislação anterior	277
226-A. A comissão no Código Civil de 2002. Noção	277
227. Comissão e mandato	277
228. Sistema legal	278
229. Significados da palavra “comissão”	279
230. Características	279
231. Classificação	279
232. Remuneração do comissário	279
233. Forma e prova do contrato	280
234. Obrigações do comissário	282
235. Obrigações do comissário em relação ao comitente	282
236. Obrigações do comissário em relação aos terceiros	282
237. Responsabilidades do comissário	282
238. Direitos do comissário	283
239. Obrigações, responsabilidades e direitos do comitente	284
240. Comissão “del credere”	285
241. A comissão e o contrato de expedição	287
242. A comissão e o contrato de representação ou de agência	287
243. A comissão e o contrato de corretagem	288
244. A comissão e o contrato de leilão	288

Capítulo Sexto

MÚTUO, FIANÇA, PENHOR E SEGURO

XXIII

Mútuo Mercantil

245. Noção	293
246. Empréstimo, comodato e mútuo	293
247. Sistema legal	294
248. Classificação	294
249. Elementos do contrato	295
a) Transferência de domínio	295
b) Obrigação de restituição	295
250. Prazo	296
251. Forma e prova do contrato	296
252. Juros	297

Empréstimos contraídos mediante a emissão de debêntures

253. Empréstimos contraídos pelas sociedades por ações	299
254. Constituição do empréstimo	300
255. Valor dos empréstimos. Exceções	300
256. Títulos representativos do empréstimo	301
257. Garantias	302
258. Agente fiduciário dos debenturistas	303

XXIV

Fiança

259. Noção	305
260. Sistema legal anterior ao Código Civil de 2002	305
260-A. Sistema legal do Código Civil de 2002	305
261. Espécies de fiança	306
262. Caução, fiança, aval e abono	306
263. Classificação	307
264. Solidariedade entre fiador e afiançado. Benefício de ordem	308
265. Cofiadores	308
266. Sub-rogação	309
267. Forma, prova e extensão da fiança	309
268. Interpretação da fiança	309
269. Consentimento do cônjuge	310
270. Fianças de sócios	310
271. Exoneração do fiador	311
272. Morte do fiador	311
273. Extinção da fiança	311

XXV

Penhor Mercantil

274. Noção	312
275. Significados da palavra “penhor”	312
276. Sistema legal	312
277. Penhor convencional e penhor legal	314
278. Características do penhor mercantil	315
279. A tradição no penhor	315
280. Classificação do contrato de penhor	316
281. Objeto do penhor	316
282. Elementos necessários à constituição do penhor	317
283. Constituição do penhor. Enunciações do instrumento	317
284. Direitos e obrigações do credor	318
a) Direitos	318
b) Obrigações	319
285. Direitos e obrigações do devedor	319
286. Vencimento do contrato de penhor	320
287. Extinção do penhor	321

*Modalidades especiais de penhor**I – Penhor industrial*

288. Noção. Penhor cedular	322
----------------------------------	-----

289. Constituição do penhor industrial cedular	323
290. Posse do objeto do penhor industrial	324
<i>II – Penhor dos produtos da suinocultura e de carnes congeladas</i>	
291. Extensão do penhor aos produtos da suinocultura	325
<i>III – Penhor agrícola e penhor do sal</i>	
292. Penhor agrícola	325
293. Penhor do sal	326
<i>IV – Penhor de Direitos e Títulos de Crédito</i>	
294. Caução de títulos de crédito pessoal	326
<i>V – Penhor de mercadorias depositadas em armazéns gerais</i>	
295. O penhor das mercadorias depositadas em armazéns gerais e o “warrant”	327
296. Constituição do penhor nos títulos de crédito	328
297. Penhor de veículos	329

XXVI

Seguro

298. Conceito	330
299. Divisão	330
300. Sistema legal	330
301. Sistema Nacional de Seguros Privados	331
302. Sociedades seguradoras	332
303. Corretores de seguros	332
304. Interesse segurável e risco	333
305. Espécies de seguros	335
306. Classificação do contrato de seguro	335
307. Constituição do seguro. Proposta	336
308. Apólice	336
309. Bilhete de seguro	338
310. Prêmio	338
311. Obrigações do segurador e do segurado	339
312. Sinistro. Liquidação	340
313. Cosseguro	340
314. Cosseguro, resseguro e retrocessão	341
315. Extinção do contrato de seguro	341
316. Seguro e mutualidade	341
317. Seguro e capitalização	342

Capítulo Sétimo

DEPÓSITO, CONTA CORRENTE E CONTRATOS BANCÁRIOS

XXVII

Depósito Mercantil

318. Noção	345
319. Sistema legal	345
320. Características	347

321. Modalidades de depósito: depósito civil e depósito mercantil	347
322. Classificação	347
323. Prazo	348
324. Elementos do contrato de depósito mercantil	349
325. Espécies de depósito: depósito voluntário, depósito necessário e depósito judicial.	349
<i>I – Depósito voluntário ou convencional</i>	
326. Conceito	349
<i>a) Depósito regular</i>	
327. Conceito	350
328. Forma e prova	350
329. Divisibilidade do depósito	350
330. Obrigações do depositário.	351
331. Obrigações do depositante	352
<i>b) Depósito irregular</i>	
332. Conceito	352
333. Transferência da propriedade no depósito irregular	353
<i>II – Depósito necessário</i>	
334. Conceito	353
335. Depósito legal e depósito miserável	353
336. Depósito de bagagem em hospedarias	353
<i>III – Depósito judicial</i>	
337. Conceito	354
<i>Extinção do depósito</i>	
338. Casos de extinção do contrato.	354
<i>Depósito em trapiches, armazéns de depósito e entrepostos</i>	
339. Trapiches, armazéns de depósito e entrepostos.	354
340. Direitos e obrigações dos trapicheiros e administradores de armazéns de depósito.	355
341. Fiscalização.	356
<i>Depósitos em armazéns gerais</i>	
342. Conceito de armazéns gerais.	356
343. Constituição das empresas de armazéns gerais.	356
344. Peculiaridades dos armazéns gerais	357
345. Prova e prazo do depósito nos armazéns gerais	357
346. Livros especiais.	359
347. Direitos e obrigações dos armazéns e dos depositantes	359
348. Fiscalização.	360
349. Conhecimento de depósito e “warrant”	360
350. Função do conhecimento de depósito.	361
351. Função do “warrant”.	362
352. Função do conhecimento do depósito e do “warrant” unidos.	364
353. Emissão do conhecimento de depósito e do “warrant” por entidades que não armazéns gerais	364
<i>Venda pública de mercadorias depositadas</i>	
354. Salas de venda.	364
XXVIII	
Conta Corrente	
355. Noção	366
356. O contrato de conta corrente e a conta corrente contábil	367

357. Sistema legal	367
358. A conta corrente na legislação estrangeira	368
359. A conta corrente nos projetos brasileiros de Código Comercial	368
360. Características	369
361. Classificação do contrato de conta corrente	370
362. Forma e prova de contrato	370
363. Remessas	370
364. Efeitos da conta corrente	371
365. A cláusula “salvo-embolso”	372
366. Encerramento da conta	372
367. Extinção do contrato	373

XXIX

Bancos e Operações Bancárias

I – Empresas bancárias

368. Bancos	374
369. Função econômica dos bancos	374
370. Histórico	375
371. Reforma bancária. Criação do Banco Central do Brasil	376
a) Banco Central	378
b) Banco do Brasil	379
372. Sistema legal	380
373. Espécies de bancos	381
a) Bancos de emissão	381
b) Bancos de depósitos	382
c) Bancos de crédito móvel	384
d) Bancos de comércio exterior	384
e) Bancos agrícolas	385
f) Bancos de crédito real	385
g) Bancos de crédito industrial	386
374. Bancos e casas bancárias	387
375. Bancos e Caixas Econômicas	389
376. Bancos e cooperativas de crédito	390
377. Organização dos bancos	394
378. Liquidação extrajudicial dos bancos. Intervenção	394
379. Garantias legais aos interesses de terceiros	396

II – Operações bancárias

380. Noção	396
381. Operações passivas e ativas	397
a) Operações passivas	
382. Características das operações passivas	397
383. Depósito pecuniário	397
384. Emissão de notas bancárias	398
385. Redesconto	399
b) Operações ativas	
386. Características	399
387. Empréstimos	399
388. Desconto	400
389. Antecipações	400

390. Aberturas de crédito	401
391. Cartas de crédito	402

III – Outras operações bancárias

392. Comércio bancário	403
393. Operações de câmbio	403
394. <i>Del credere</i> bancário	403
395. Compra de metais preciosos	404
396. Cobrança e transferência	404
397. Compra e venda de valores móveis	405
398. Depósitos em custódia e serviço de cofres individuais	405
399. Financiamento	405
400. Cheques garantidos	406

Capítulo Oitavo

ARRENDAMENTO MERCANTIL (“LEASING”), FATURIZAÇÃO
 (“FACTORING”), FRANQUIA (“FRANCHISING”),
 “KNOW-HOW” E CARTÕES DE CRÉDITO

XXX

Arrendamento Mercantil ou “Leasing”

401. Noção	411
402. Denominação	411
403. Histórico	411
404. Sistema legal	413
405. Modalidades	414
a) “Leasing” financeiro	414
b) “Lease-back” ou “leasing” de retorno	415
406. “Leasing” operacional. “Renting”	416
407. Categorias de “leasing”: “leasing” mobiliário ou de equipamento e “leasing” imobiliário ..	417
408. O “leasing” como operação financeira	418
409. A constituição do “leasing”	418
410. Partes contratantes	419
411. Natureza jurídica	419
412. Classificação	419
413. Obrigações do arrendador e do arrendatário	420
414. Extinção do arrendamento mercantil	420
414-A. Regulamentação do arrendamento mercantil	420

XXXI

Faturização ou “Factoring”

415. Conceito	425
416. Histórico	426
417. O “factoring” antigo e o moderno	427
417-A. Regulamentação do “factoring” no Brasil. Natureza do contrato	427
418. A faturização como técnica financeira e de gestão comercial. Sua Utilidade	432
419. Elementos pessoais	432

420. Modalidades de faturização. Faturização interna e exterior. Faturização convencional e no vencimento	433
421. Formação do contrato. Classificação	434
422. Cláusulas essenciais e cláusulas facultativas	434
423. As operações de faturização. Contas aprovadas e não aprovadas.	434
424. Relações entre o faturizador e o faturizado.	435
425. Relação entre o faturizador e o comprador.	436
426. Relações entre o comprador e o faturizado.	436
427. Obrigações e direitos do faturizador.	436
428. Obrigações e direitos do faturizado	436
429. Obrigações e direitos do comprador	437
430. Extinção do contrato	438
431. A faturização e a prestação de serviços.	438

XXXII

Franquia ou “Franchising”

432. Origem	439
433. Conceito	440
434. Elementos da franquia. Comercialidade	441
435. Objeto da franquia.	441
436. Características da franquia	442
437. Como se opera a franquia. Onerosidade do contrato	442
438. Natureza jurídica.	445
439. Classificação	445
440. Cláusulas contratuais	446
441. Preço dos produtos franqueados	448
442. Extinção do contrato	448

- XXXIII

“Know-how”

443. Significado da expressão “know-how”	450
444. Noção de “know-how”	450
445. “Know-how” e contrato de “know-how”	452
446. Elementos do “know-how”	452
447. “Know-how” e assistência técnica	453
448. Natureza jurídica do “know-how”. Valor económico. Proteção.	453
449. Transferência de “know-how”	454
450. Modalidades de transferência	454
451. Natureza jurídica do contrato de “know-how”	455
452. Formação do contrato. Fases.	455
453. Extinção do contrato.	457
454. “Know-how” e direito fiscal	457

XXXIV

Cartões de Crédito

455. Noção	458
----------------------	-----

456. Evolução	459
457. Elemento do sistema: emissor, titular e fornecedor.	460
458. Emissão e utilização dos cartões de crédito	461
459. Espécies de cartões de crédito.	463
a) Cartões de credenciamento	463
b) Cartões de crédito verdadeiros ou <i>stricto sensu</i>	464
I) <i>Cartões de crédito não bancários</i>	
a) Relações entre o emissor e o titular.	466
b) Relações entre o emissor e o fornecedor	467
c) Relações entre o titular e o fornecedor	468
II) <i>Cartões de crédito bancários</i>	
460. Elementos do sistema. Relações.	469
461. Mecanismo dos cartões de crédito bancários	469
462. Natureza dos cartões de crédito bancários	470
463. Extinção do contrato	471
464. Cartões de crédito e prestação de serviços	471
465. Os cartões de crédito como fatores da inflação.	471
466. Regulamentação legal dos cartões de crédito	471
467. Cartão de crédito internacional.	472
Apêndice	473
Lei nº 7.132, de 26.10.1983	473
Lei nº 8.420, de 08.05.1992	476
Índice Alfabético e Remissivo	479